



MEDIEVALISTA

N.º 36 | Julho – Dezembro 2024

ISSN 1646-740X

Estudar a caça régia segundo os seus espaços e oficiais

Studying royal hunting through its spaces and its officials

Afonso Soares de Sousa

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
1069-061 Lisboa, Portugal

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
3000-370 Coimbra, Portugal

afonso.sousa1@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7634-7559>

Data recepção do artigo / Received for publication: 19 de Abril de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/12ufz>



A caça sempre pressupôs, por definição, uma demonstração de superioridade. Através dela o Homem impôs-se sobre o mundo natural, perseguindo-o ainda antes de o conseguir domesticar. Embora, nos primórdios da humanidade, a captura de presas tenha sido uma necessidade absoluta do Homem, no período medieval ultrapassou-se esse propósito, sendo perseguidos outros objetivos, ainda que sem deixar cair os pressupostos antropológicos mais primitivos desta atividade¹.

No contexto medieval português, enquanto muitos continuavam a praticá-la por motivos de subsistência, ou até pela procura de algum lucro², os monarcas (enquanto nobres que também eram) chamavam-lhe “folganças e desenfadamentos de montes e caças”³, numa clara demonstração da forte conotação lúdica que estas assumiam⁴. A falcoaria, por exemplo, constituía um verdadeiro espetáculo visual que excitava os ânimos de quem a praticava ou presenciava⁵. Era uma atividade

¹ Sobre a caça, enquanto atividade de afirmação humana, veja-se: ALMEIDA, Jayme Duarte de – “A caça em Portugal através dos tempos”. In COSTA, Carlos Eurico da (dir.) – *A Caça em Portugal*. Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, p. 45.

² Veja-se, por exemplo, a caça com furão que, no contexto medieval português, esteve, aparentemente, totalmente arredada do panorama áulico e relegada às camadas sociais menos abastadas. Este assunto foi apresentado com o título “A relação Homem-animal na caça medieval: o caso do furão” ao VII Congresso Internacional “O Camiño do Medievalista”: *Chronicon Mundi* (2024) e prepara-se para publicação.

³ *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: chancelarias reais*. Vol. I. Ed. Carlos Baeta Neves. Lisboa: Ministério da Agricultura e Pescas Direção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, 1980, pp. 270-272.

⁴ Sobre o estudo da caça, no contexto medieval português, há textos que constituem um ponto de partida incontornável, ainda que as suas datas de produção possam ser já algo distantes: BARROS, Henrique Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. t. VI. Lisboa: Livraria Sá da Costa - Editora, 1950, pp. 37-92; BARROS, Henrique Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Tomo IX. Lisboa: Livraria Sá da Costa - Editora, 1953, pp. 141-69; MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, pp. 28, 64-68, 96, 136, 216-217, 224-228; COELHO, Maria H. da Cruz; RILEY, Carlos Guilherme – “Sobre a Caça Medieval”. *Estudos Medievais* 9 (1988), pp. 221-267; SOUSA, Afonso Soares de; MARTINS, Diana – “Royal Hunting Household: a study of the Portuguese Medieval reality”. In SEQUEIRA, Joana (ed.) – *Domestic interiors and household consumption in Europe, 1000-1500*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2025 (em preparação).

⁵ Na Corte portuguesa procuravam-se as aves mais espetaculares, privilegiando-se as “prima” (fêmeas) e, sobretudo, as de maior exotismo. Equipavam-nas com luxuosos caparões e ensinavam-nas a caçar animais de maior porte (como garças e grous), pouco próprios para a sua natureza, com o objetivo de estabelecer duelos de grande espetacularidade. A cetraria na Idade Média é um assunto pouco desenvolvido na historiografia portuguesa, ainda que existam alguns contributos de grande relevância: NEVES, Carlos Baeta – “Subsídios para a História da Falcoaria em Portugal”. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* 101/1-6 (1983), pp. 21-46; CRESPO, Carlos – *A arte de falcoaria*. Lisboa: INAPA, 1999; CRESPO, Carlos – *Falcoaria: Arte Real/ Falconry: a Royal Art*. Lisboa: Clube do

própria de quem tinha muitas posses, justificada pelo prazer que proporcionava aos seus praticantes, já que estava longe de ser minimamente lucrativa⁶.

A cinegética era um treino para a guerra por excelência e, neste aspeto, a montaria assumiu um claro protagonismo. Primava por ser uma modalidade praticada a cavalo que privilegiava o uso da força. Constituíam-se, em linhas gerais, por velozes e, potencialmente, arriscadas perseguições a cavalo que culminavam com a morte da presa, mediante um golpe de lança, ascuma ou espada. Estando também longe de ser a caça mais lucrativa, acabava por, à semelhança da falcoaria, não despertar grande interesse dos menos abastados⁷. Por esse motivo os monarcas consideravam necessários os espaços coutados, onde reprimiam a utilização de técnicas de caça mais fáceis (e eficazes) que o povo preferia, mas os monarcas condenavam.

Multiplicaram-se por todo o reino, sobretudo nos séculos XIV e XV, coutadas cinegéticas impostas pelos monarcas, constituindo um claro símbolo da forte autoridade da Coroa sobre os “espaços naturais”⁸. Esta atitude de domínio sobre recursos selvagens ficou em boa parte espelhada na famosa “Coutada Velha”

Colecionador dos Correios, 2013; FARIA, Tiago Viúla de; MARTINS, Diana; SOUSA, Afonso Soares de – “Correspondência entre pares: a falcoaria como elo entre Aragão e Portugal no século XIV”. In BARBERINI, Fabio; RAGUIN, Marjolaine – *“Cantar quer’eu dos Aragón e dos de Catalunha”*. *La Couronne d’Aragon à la croisée des cultures*. Paris: Classiques Garnier, 2024 (em preparação).

⁶ ABEELE, Baudouin van den – “Le faucon sur la main : un parcours iconographique médiéval”. In BAGLIANI, Agostino Paravicini; ABEELE, Baudouin van den (ed.) – *La chasse au Moyen Âge. Société, traités, symboles*. Florença: SISMELE-Edizioni del Galluzzo, 2000, p. 96. O projeto FALCO tem assumido um papel determinante para o estudo da falcoaria no contexto medieval português. O seu desenvolvimento, que primou por uma grande proximidade com outras áreas do saber e entidades que ainda preservam os conhecimentos práticos das atividades cetreiras em Portugal (Falcoaria Real de Salvaterra de Magos; Falcões no Oeste), propiciou a criação de um conjunto de perspetivas de estudo que, futuramente, serão desenvolvidas.

⁷ O conhecimento produzido acerca da montaria no Portugal medieval tem sido feito, sobretudo, através do estudo do *Livro da Montaria* de D. João I, destacando-se autores como: GOMES, Maria de Almeida – *O Homem, o animal e a floresta - uma abordagem ao Livro de Montaria de D. João I de Portugal*. Braga: Universidade do Minho, 1997. Dissertação de Mestrado; MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998, pp. 416-419; MARTINS, Miguel Gomes – *Para Bellum: organização e prática da guerra em Portugal durante a Idade Média: 1245-1367*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, pp. 303-308; RODRIGUES, Ana Maria – “Hunting, Jousting, and Fighting on Horseback according to King João I and King Duarte of Portugal”. In ROPA, Anastasija; DAWSON, Timothy (eds.) – *Echoing Hooves: Studies on Horses and Their Effects on Medieval Societies*. Leiden/Boston: Brill, 2022, pp. 204-222.

⁸ SOUSA, Afonso Soares de – “Salvaguardar as florestas régias: os oficiais periféricos e a gestão dos recursos naturais no Portugal medieval”. *Revista Territórios e Fronteiras* 16/2 (2023), pp. 23-36.

descrita nas *Ordenações Afonsinas*⁹ – embora já reporte para reinados anteriores – que compreendia importantes benefícios para os monarcas, mas pesadas perdas para todos os restantes¹⁰.

Para a vontade dos monarcas ser cumprida impunham-se, sobre as comunidades e instituições, diferentes tipos de coutadas com os respetivos oficiais régios periféricos que se espalharam progressivamente por diversas regiões do reino¹¹. De entre eles, encontramos monteiros, couteiros e guardas ou guardadores. Com o aproximar dos finais do medievo, tendiam a organizar-se e hierarquizar-se progressivamente – um processo que a produção historiográfica teve algumas dificuldades em definir, sobretudo pelos problemas propiciados pela própria denominação destes oficialatos.

O desenvolvimento das redes de oficiais periféricos subia, hierarquicamente, até à Corte, onde o monteiro-mor do reino detinha o poder de fazer cumprir a vontade do soberano. Além dele, outros profissionais da caça permaneciam no espaço áulico,

⁹ Veja-se o Título LXVII: “Do Monteiro Moor, e cousas, que a seu officio pertencem” In *Ordenações Afonsinas: Livro I*. Ed. Mário de Almeida Costa; Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, pp. 398-405.

¹⁰ Seguindo o Corpus documental levantado nos primeiros volumes da *História Florestal Aquícola e Cinegética* de C. Baeta Neves, publicados entre 1980-1993, revelaram-se especialmente importantes os aportes trazidos por Nicole Devy-Vareta (1985 e 1986), Maria do Rosário Morujão e, mais recentemente, Koldo Trápaga Monchet (2017 e 2022) – embora este último se debruce, maioritariamente, sobre cronologias posteriores aos finais da Idade Média: DEVY-VARETA, Nicole – “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa: as matas medievais e a “coutada velha” do Rei”. *Revista da Faculdade de Letras-Geografia 1ª série 1* (1985), pp. 47-67; DEVY-VARETA, Nicole – “Para uma geografia histórica da floresta: do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (XV-XVI)”. *Revista da Faculdade de Letras-Geografia 1ª série 2* (1986), pp. 5-37; MORUJÃO, Maria do Rosário – “A floresta e o fogo em Portugal até ao século XVI”. In *Actas do II Encontro Pedagógico sobre Risco de Incêndio Florestal*. Coimbra: Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais, 1994, pp. 41-62; TRÁPAGA MONCHET, Koldo – “El estudio de los bosques reales de Portugal a través de la legislación forestal en las dinastías Avis, Habsburgo y Braganza (ca. 1435-1650)”. *Philostrato. Revista de Historia y Arte 1* (2017), pp. 5-27; TRÁPAGA MONCHET, Koldo – “Las políticas forestales en los reinos de Castilla y Portugal (siglos XV-XVII)”. In DATTERO, Alessandra (ed.) – *Il bosco: Biodiversità, diritti e culture dal medioevo al nostro tempo*. Roma: Viella, 2022, pp. 85-103; TRÁPAGA MONCHET, Koldo; ROMERO-CALCERRADA, Raúl – “Forest policies, administration, and management of the Leiria pinewood in Portugal (13th – 18th centuries)”. *Management & Organizational History 17/3-4* (2022), pp. 138-165.

¹¹ Um assunto desenvolvido, para algumas regiões, segundo estudos de história local, entre os quais se destacam: SILVA, Manuela Santos – *Óbidos Medieval: Estruturas Urbanas e Administração Concelhia*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1987. Dissertação de Mestrado; SILVA, Manuela Santos – *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1997. Tese de Doutoramento; GOMES, Saul António – “Leiria: Crescimento e Consolidação”. In GOMES, Saul António (ed.) – *Forais de Leiria*. Leiria: Textiverso, 2017, pp. 35-104.

encarregues da manutenção e tratamento de equipamentos e animais predadores e, ainda, da preparação das caçadas¹². Era um “departamento” que, através da crescente burocratização, ganhava cada vez mais relevância no âmbito de extenso aparelho da administração régia¹³. Estes contributos, de maior ou menor profundidade, deixaram patente a necessidade de se estudar tanto os oficiais cinegéticos como os espaços onde atuavam. Estes eram um reflexo da relação que o soberano estabelecia com o meio natural, enquanto definidor de quem (e como) podia aceder aos seus recursos.

Não é possível compreender na plenitude a sociedade medieval portuguesa sem estudar os recursos naturais do reino e a relação que o Homem daquele tempo estabeleceu com o meio natural. Nesse sentido, foi levada a cabo uma análise, focada no estudo de um destes grupos de oficiais (os monteiros) que permitiu colmatar importantes lacunas que subsistiam na historiografia portuguesa¹⁴.

Desde logo, ficou clarificada a distinção entre as diferentes aceções do termo “monteiro”, no âmbito da documentação medieval, bem como o seu enquadramento no seio de outros oficialatos ligados à fauna e flora. A compreensão de todos estes grupos era essencial não só para o estudo da ação destes “agentes” da Coroa, mas também para a distinção dos diferentes tipos de espaços coutados ao encargo de parte deles.

Assim, foi possível discernir: monteiros de foro; monteiros da Corte; monteiro nobre (aquele que faz caça de montaria); e monteiros-oficiais.

¹² É difícil precisar com certeza desde quando os monarcas portugueses se fizeram rodear de pessoal cinegético, embora seja crível que tal tenha sucedido já desde o primeiro reinado. Sobre as identificações de oficiais cinegéticos da Corte de D. Afonso III (e anteriores): VENTURA, Leontina Domingos – *A Nobreza de Corte de D. Afonso III*. 2 vols. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1992. Tese de Doutoramento.

¹³ Sobre o impacto que o “mundo cinegético” tinha no quotidiano dos monarcas medievais portugueses, vejam-se os contributos de Rita Costa Gomes que estudou, entre muitos outros aspetos, a relação entre as coutadas de caça e os principais paços régios: GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995; GOMES, Rita Costa – “Monarquia e território: residências reais portuguesas, séculos XIV a XVI”. In SABATIER, Gérard; GOMES, Rita Costa (eds.) – *Lugares de Poder. Europa séculos XV a XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, pp. 84-105.

¹⁴ SOUSA, Afonso Soares de – *Monteiros e Montarias em Portugal na Idade Média*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2023. Dissertação de Mestrado. Trabalho executado sobre a orientação de Saul António Gomes.

No caso dos monteiros de foro, tantas vezes erroneamente equiparados aos monteiros-oficiais, foi clarificado que eram indivíduos que exploravam os espaços silvestres, através da caça, mas também da recolha, e cuja condição socioprofissional estava prevista na tributação da época. O foro que lhes era atribuído e os encargos que dele advinham terão, aparentemente, caído em desuso com a aproximação ao final do século XIII, embora não tenham desaparecido¹⁵. Bastante distintos, embora facilmente confundíveis com os anteriores, eram os monteiros da Corte que acompanhavam os monarcas portugueses, talvez, desde o reinado de D. Afonso Henriques¹⁶. Estes eram auxiliares das caçadas régias que permaneciam no espaço cortês, estando arredados das funções de vigilância de coutadas.

Verificou-se, também, a frequente utilização do termo “monteiro” para aludir àquele(s) que, momentaneamente, praticava(m) a caça de montaria ou era(m) reconhecido(s) por fazê-lo de forma frequente – designação muito utilizada, por exemplo, no contexto cronístico ou tratadístico. Assim, pude constatar que era comum apelidar um determinado nobre (ou até um rei) de monteiro, para destacar as suas qualidades no domínio do cavalo, das armas e, claro, do rude e imprevisível mundo selvagem. Porém, estes distinguiam-se, evidentemente, dos que, continuamente, guardavam os espaços coutados ao serviço de um monarca.

Os primeiros vestígios escritos que confirmam a existência de monteiros-oficiais, com a incumbência de guardar áreas coutadas por um monarca, datam do ano de 1280 e são referentes à coutada do Botão. Contudo, o contexto em que surgem não esconde que a sua presença já vinha, pelo menos, desde o reinado de D. Afonso III¹⁷. O espaço (enquanto coutada de caça) já viria, segundo uma testemunha de finais do

¹⁵ O seu declínio antecedeu o período de maior crescimento do oficialato dos monteiros-oficiais. Porém esses dois processos não estavam diretamente relacionados. SOUSA, Afonso Soares de – *Monteiros e Montarias*, p. 18; SOUSA, Afonso Soares de; Martins, Diana – “Royal Hunting Household” (em preparação).

¹⁶ SOUSA, Afonso Soares de – *Monteiros e Montarias*, pp. 20, 33, 35.

¹⁷ Um aspeto que já tinha sido destacado: NEVES, Carlos Baeta – “Alguns dos Principais Aspectos da Política Florestal em Portugal até ao Século XVII”. *Boletim do Instituto dos Produtos Florestais* (1980), pp. 1-6.

século XIII, do tempo dos Condes D. Henrique e D. Teresa¹⁸. Por estes primeiros registos compreende-se que as coutadas de caça e os seus oficiais, em finais do século XIII, tinham aparentemente uma estrutura local e organização muito primária, dispondo de uma larga autonomia em relação ao poder central, embora estivessem ao seu serviço¹⁹.

Apesar desta antiguidade, até ao reinado de D. João I os oficiais régios da montaria não se encontravam plenamente definidos, estruturados e hierarquizados. Isto é reforçado pelo facto de a primeira nomeação para o cargo de monteiro-mor do reino, até hoje conhecida, datar de 1385. Entre eles estavam outros, afastados do “mundo” da montaria, mas também ligados à fauna e flora e ao serviço dos monarcas (couteiros, falcoeiros e açoreiros, caçadores e guardas/guardadores). Dois desses grupos (couteiros e guardadores) tinham também ao seu encargo espaços coutados, cujas proibições não coincidiam com as que se aplicavam aos espaços da montaria. Existia, portanto, não só uma distinção entre as coutadas particulares e régias, como as segundas ainda se desdobravam, genericamente, em três tipologias afetas a diferentes oficialatos: monteiros, couteiros e guardadores. Esta clarificação permitiu, por exemplo, reequacionar a questão da “Coutada Velha” que, segundo o estudo de Nicole Devy-Vareta, incluía espaços que, na verdade, não surgem na descrição da mesma, contida nas *Ordenações Afonsinas*²⁰.

De entre estes grupos, o que se encontra mais bem estudado, até à data, é o dos oficiais periféricos da montaria, que beneficiou de uma análise de base prosopográfica, partindo de 726 indivíduos que desempenharam estas funções, entre finais do século XIII e o término do reinado de D. Afonso V.

No topo hierárquico dos monteiros (periféricos e da Corte) o primeiro que está inequivocamente documentado é o monteiro-mor do reino Gil Martins de Outel.

¹⁸ SOUSA, Afonso Soares de – “Salvaguardar as florestas”, pp. 24; 27.

¹⁹ Isto pode explicar, em parte, os poucos vestígios documentais, nas chancelarias do século XIII, acerca das coutadas de caça dos monarcas. Muitas outras, documentadas para os séculos XIV e XV, podiam já existir, embora a documentação não as refira. SOUSA, Afonso Soares de – *Monteiros e Montarias*, p. 24.

²⁰ Este foi um problema propiciado, sobretudo, pela falta de clarificação entre diferentes tipos de monteiros à data que a autora tratou esta problemática. Para a discussão deste assunto veja-se: SOUSA, Afonso Soares de – *Monteiros e Montarias*, p. 44-45.

Nomeado em 1385, foi rapidamente afastado (cerca de 3 meses), por ter fugido da Batalha de Aljubarrota. Depois deste ainda surge Estêvão Gonçalves, que terá ocupado o cargo, pelo menos, entre 1407 e 1412. Contudo, ao longo de praticamente todo o século XV, verificou-se uma clara hegemonia dos Vasques de Castelo Branco que assumiram o cargo de forma hereditária.

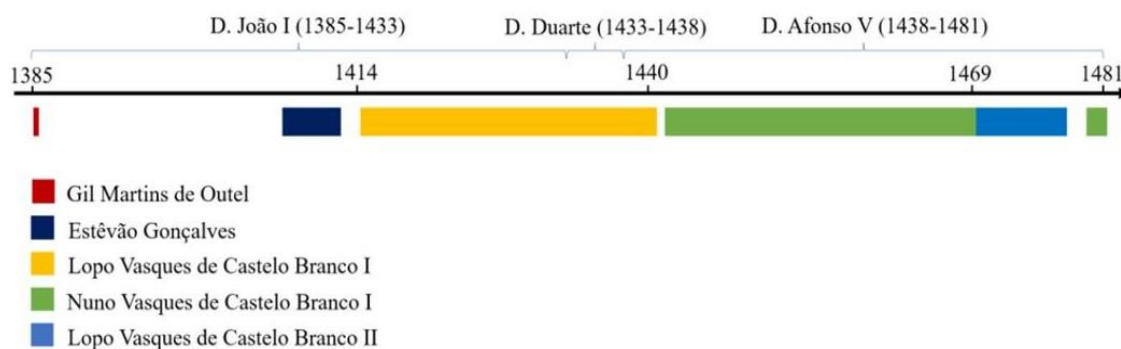


Fig. 1. Cronologia com os indivíduos que ocuparam o cargo de monteiro-mor do reino entre 1385 e 1481 (SOUSA, Afonso Soares de - *Monteiros e Montarias*, p. 56).

Embora diversos autores tenham destacado muitos outros nomes de indivíduos que ocuparam este cargo, os dados por nós recolhidos permitiram distinguir aqueles que realmente estiveram na posse do cargo de monteiro-mor do reino, de outros que apenas os representaram momentaneamente, interpretados como interinos²¹. Eram, na sua maioria, familiares próximos e, certamente, pessoas da sua confiança²².

Espalhados pelo reino estavam os monteiros-mores das montarias (ou locais). Estes pertenciam, por norma, às camadas mais elevadas do terceiro estado, ou até à

²¹ Acerca destas redes de ligações familiares, entre os vários monteiros-mores do reino e indivíduos que os representaram, veja-se a genealogia disposta na figura presente em: SOUSA, Afonso Soares de - *Monteiros e Montarias*, p. 62.

²² A presença de Rui Gomes de Azevedo no exercício de funções deste cargo foi apresentada como indício da quebra da hegemonia dos Castelo Branco (CARVALHO, António Eduardo Teixeira de - *A chancelaria régia e os seus oficiais em 1468*. Porto: Universidade do Porto, 2001, p. 38. Dissertação de mestrado. Argumento já rebatido. Os Azevedo relacionaram-se com os Castelo Branco - por intermédio do casamento de Gonçalo Gomes de Azevedo, filho de Rui Gomes de Azevedo, com Isabel Vasques de Castelo Branco, primeira filha de Lopo Vasques de Castelo Branco (monteiro-mor do reino). Assim, a presença de Gonçalo Gomes de Azevedo, Rui Gomes de Azevedo e do seu filho (com Isabel Vasques de Castelo Branco) Lopo Vaz de Azevedo, como interinos no cargo de monteiro-mor do reino, demonstra uma continuidade da cedência momentânea dos poderes que os monteiros-mores do reino a indivíduos da sua confiança. SOUSA, Afonso Soares de - *Monteiros e Montarias*, p. 59.

nobreza. Muitos deles estavam relacionados com a Casa Real, ou dos Infantes, existindo uma evidente diferenciação social em relação aos monteiros (menores). O cargo que desempenhavam garantia-lhes um conjunto de privilégios, sendo que, entre eles, se destacava o “mantimento e vestir”, que lhes garantia um rendimento regular.

Um dos maiores resultados, que adveio do conhecimento dos monteiros-mores locais, foi a nova leitura das divisões das montarias régias que cada um deles encabeçava. De acordo com esta nova proposta, contabilizam-se agora 12 montarias, contrariando as 22 que Nicole Devy-Vareta identificara. Estas ficaram expressas na cartografia abaixo replicada, onde figuram os locais de residência dos monteiros (menores), obrigados a residir próximo das coutadas que guardavam. Contudo, verifica-se a falta da montaria do Soajo, que não surge representada por falta de evidência documental que reporte o local de morada de um monteiro para aquela geografia, embora constituísse uma montaria régia.

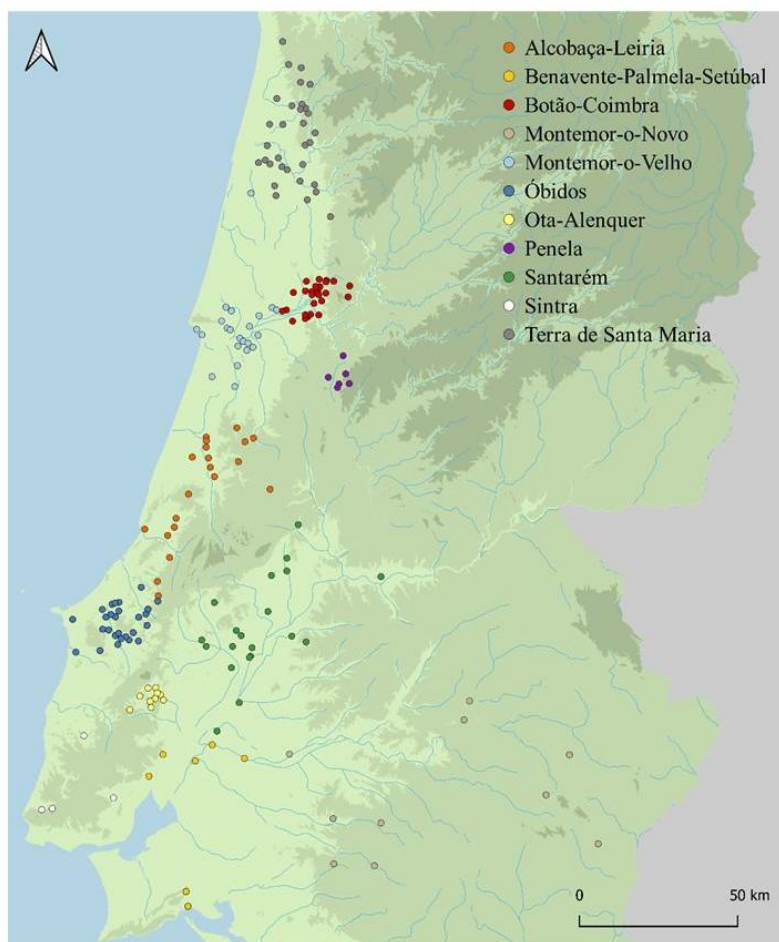


Fig. 2. Mapeamento dos lugares de residência dos monteiros, nos séculos XIV e XV. (SOUSA, Afonso Soares de - *Monteiros e Montarias*, p. 93).

No fundo da hierarquia estava o grupo dos monteiros (menores). Eram indivíduos comuns, recrutados de entre o povo, sempre em idade adulta e, de entre aqueles que tinham outras atividades socioprofissionais, ressalta a banalidade e diversidade das funções. Através desta posição, tornavam-se privilegiados no seio das comunidades em que viviam. Alguns deles acabavam por ascender, por exemplo, a vassalos régios – um dos motivos que os levava ao término de funções, enquanto monteiros. Nos casos em que não se verificava qualquer tipo de ascensão social, desempenhavam o seu ofício, comumente, até atingirem os 70 anos de idade ou, mais frequentemente, até falecerem²³. Eram, na sua maioria, indivíduos que habitavam

²³ A elevada mortalidade entre estes oficiais, que aparentemente não se justificava pela velhice, parece demonstrar os perigos das funções que desempenhavam, tanto como “guardas-florestais” no policiamento que acabavam por fazer nas matas, como também por serem auxiliares na caça de animais selvagens de grande porte, como o javali ou o urso. SOUSA, Afonso Soares de - *Monteiros e Montarias*, pp. 83-84.

comunidades intimamente conectadas com o meio natural e o contexto em que nasciam seria determinante para saberem desempenhar as suas funções, não sendo poucos os casos em que o herdavam dos seus pais, com quem, muito provavelmente, aprendiam os “segredos do ofício”.

Não foi produzida, até agora, uma profunda caracterização do meio natural de cada um destes espaços, ainda que se tenham dado importantes passos para se compreenderem as fronteiras artificiais que Homem lhes impôs que, invariavelmente, foram influenciadas pelos traços “permanentes” da paisagem.

Considera-se que a dispersão das montarias régias se definiu, em boa medida, segundo três fatores principais: 1) a forte presença senhorial a norte do Douro, que parece ter afastado a criação de coutadas régias e dos seus oficiais (embora existisse a exceção do Soajo); 2) a orografia de cada região, cujas características influenciavam a prática da caça de montaria, num notório afastamento das áreas mais montanhosas e uma maior concentração em zonas de planície e paus de rios como o Vouga, o Mondego, o Lis e o Tejo; 3) as áreas de maior permanência dos monarcas e da sua corte. Contudo, impera, neste campo, uma necessidade de compreender as delimitações destes espaços coutados, descritos pela documentação medieval de forma bastante pormenorizada, mas até agora pouco exploradas. Além disso, os dados retirados das fontes escritas poderão beneficiar de um cruzamento com o conhecimento das características naturais de cada paisagem.

Entende-se que não estão supridas as carências historiográficas no estudo da caça régia, mas que está traçado um caminho para o seu desenvolvimento. Em reforço disso, no âmbito dos trabalhos desenvolvidos no projeto *FALCO - Hypothesising Human-Animal Relations in Medieval Portugal*²⁴, ficaram expostas novas perspetivas de abordagem – em linha com vertentes inovadoras da história animal²⁵ – que permitem trazer leituras mais completas relativamente às que, até agora, têm sido

²⁴ Projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia: FCT EXPL/HAR-HIS/1135/2021.

²⁵ Acerca deste assunto vejam-se as considerações deixada em: FARIA, Tiago Viúla de – “Para uma abordagem multi-e interdisciplinar à zooantropologia histórica: primeiras reflexões a partir do Projecto FALCO”. *Medievalista* 34 (2023), pp. 543-544.

feitas sobre o mundo da cinegética medieval, da qual a relação Homem-animal é indissociável. No mesmo sentido, a rede *NEMUS - Network for the Environment in Medieval Usages & Societies* tem reunido um conjunto interdisciplinar de investigadores, cada vez mais despertos para a importância dos estudos animais e ambientais, e promovido o debate e partilha entre investigadores²⁶. Entre os membros desta rede, podemos encontrar projetos doutorais de investigação, em curso, como o de Andreia Fontenete Louro (*“Animal feroz, astuto, carnívoro e muito daninho”: a relação entre o imaginário cultural do lobo e a conservação da espécie*)²⁷, Sónia Gomes (*Entre a Corte e a Peleja: o livro da Montaria de D. João I*) e Afonso Soares de Sousa (*A caça régia e os seus oficiais no Portugal medieval*)²⁸.

O projeto por nós desenvolvido parte de conceitos mais claros e definidos, mas nunca estanques, com um espectro alargado a toda a caça régia, replicando a análise, aplicada ao oficialato da montaria, a todos os restantes oficiais que, de alguma forma, se relacionaram com a cinegética dos monarcas portugueses ao longo do período medieval. O principal desafio é aprofundar o conhecimento da caça régia, segundo o estudo dos seus oficiais, com o propósito de estabelecer uma nova e atualizada conceptualização da caça no mundo medieval. A principal questão: era a caça régia medieval portuguesa uma mera distração e treino para a guerra?

Retomando as palavras com que iniciámos este texto: a caça foi, desde sempre, uma forma de imposição do Homem sobre o mundo natural. Estando, portanto, impregnada com uma pesada carga simbólica. A isto, os monarcas portugueses acrescentaram a utilização de animais exóticos, ou que estavam fora das possibilidades do “Homem comum”; um enorme aparato de oficiais e animais

²⁶ Destacamos, por exemplo, a sessão promovida pela rede NEMUS no *International Medieval Congress*, em Leeds (Inglaterra), em 2023, e o *I Medieval Hunting Meeting*, dedicado à relação entre Homens e *canis*, que terá lugar no Colégio Almada Negreiros (NOVA/FCSH), em Lisboa, nos dias 18 e 19 de julho de 2024.

²⁷ Projeto de investigação desenvolvido na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e CH-ULisboa, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (2021.04831.BD). Veja-se também o contributo desta autora em: LOURO, Andreia Fontenete – “Wolf hunting in Portugal in the Middle Ages (12th-15th Centuries)”. *Cuadernos del CEMyR* 31 (2023), pp. 115-137.

²⁸ Projeto de investigação sob a orientação de Saul António Gomes (orientador) e Tiago Viúla de Faria (coorientador), desenvolvido na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Instituto de Estudos Medievais, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (2023.01596.BD).

ricamente vestidos e aparelhados; a exibição da virilidade física no domínio das armas que usavam sobre animais selvagens e imprevisíveis; e ainda reservavam enormes áreas para um acesso exclusivo aos seus recursos, vedado mesmo aos habitantes daquelas regiões. Parece-nos, portanto, impossível dissociar desta atividade uma forte expressão de afirmação e até de confirmação de uma autoridade que se via legitimada para se colocar física e psicologicamente acima de todos aqueles que a rodeavam. Mas procuramos perceber de que forma e em que medida isto sucedeu. Para seguir estas questões parece-nos redutor que apenas se assumia uma perspetiva que olhe para o monarca, em primeiro plano, e veja todos os restantes intervenientes como seus auxiliares, privilegiados ou lesados pela sua ação.

É um facto que a caça régia se expressou nas modalidades cinegéticas que, comumente, apelidamos de desportivas (ou lúdicas). Estas eram, efetivamente, praticadas pelos monarcas e nobres da época por “desenfadamento” e não com um objetivo económico – de consumo doméstico ou propósito lucrativo. Contudo, quando classificamos estas atividades como uma prática lúdica estamos, forçosamente, a adotar a perspetiva do rei e dos homens nobres que o acompanhavam. Se alterarmos esta perspetiva, podemos perceber que na mesma atividade existiam muitos outros intervenientes, em número bastante superior, que atuavam nesta “caça lúdica” por obrigação ou dever laboral. Para essas, grande maioria, a caça era um divertimento?

Está por percorrer um longo caminho no estudo da cinegética medieval portuguesa. Tanto na que era praticada pelos monarcas, como em todas as outras vertentes – protagonizadas por agentes históricos muitas vezes secundarizados – mais difíceis de auscultar na documentação, mas que aconteciam, certamente, muito mais frequentemente. O estudo da caça reúne, em seu torno, uma indissociável análise de indivíduos, animais e espaços (mais ou menos domesticados), sobre os quais o conhecimento até agora produzido apenas espelha as fragilidades daquilo que sabemos.

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes impressas

História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: chancelarias reais. Vol. I-IV. Ed. Carlos Baeta Neves. Lisboa: Ministério da Agricultura e Pescas Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, 1980-1983.

Ordenações Afonsinas: Livro I. Ed. Mário de Almeida Costa; Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

Estudos

ABEELE, Baudouin van den – “Le faucon sur la main : un parcours iconographique médiéval”. In BAGLIANI, Agostino Paravicini; ABEELE, Baudouin van den (ed.) – *La chasse au Moyen Âge. Sociétés, traités, symboles*. Florença: SISMEL-Edizioni del Galluzzo, 2000, pp. 87-109.

ALMEIDA, Jayme Duarte de – “A caça em Portugal através dos tempos”. In COSTA, Carlos Eurico da (dir.) – *A Caça em Portugal*. vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, pp. 41-70.

BARROS, Henrique Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Tomos VI e IX. Lisboa: Livraria Sá da Costa - Editora, 1950-1953.

CARVALHO, António Eduardo Teixeira de – *A chancelaria régia e os seus oficiais em 1468*. Porto: Universidade do Porto, 2001. Dissertação de Mestrado.

COELHO, Maria Helena da Cruz; RILEY, Carlos Guilherme – “Sobre a Caça Medieval”. *Estudos Medievais* 9 (1988), pp. 221-267.

CRESPO, Carlos – *A arte de falcoaria*. Lisboa: INAPA, 1999.

CRESPO, Carlos – *Falcoaria: Arte Real/ Falconry: a Royal Art*. Lisboa: Clube do Colecionador dos Correios, 2013.

DEVY-VARETA, Nicole – “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa: as matas medievais e a “coutada velha” do Rei”. *Revista da Faculdade de Letras-Geografia 1ª série* 1 (1985), pp. 47-67.

DEVY-VARETA, Nicole – “Para uma geografia histórica da floresta: do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (XV-XVI)”. *Revista da Faculdade de Letras-Geografia 1ª série* 2 (1986), pp. 5-37;

FARIA, Tiago Viúla de – “Para uma abordagem multi- e interdisciplinar à zootropologia histórica: primeiras reflexões a partir do Projecto FALCO”. *Medievalista* 34 (2023), pp. 543-544.

FARIA, Tiago Viúla de; MARTINS, Diana; SOUSA, Afonso Soares de – “Correspondência entre pares: a falcoaria como elo entre Aragão e Portugal no século XIV”. In BARBERINI, Fabio; RAGUIN, Marjolaine – *“Cantar quer’eu dos Aragón e dos de Catalunha”*. *La Couronne d’Aragon à la croisée des cultures*. Paris: Classiques Garnier, 2024 (em preparação).

GOMES, Maria de Almeida – *O Homem, o animal e a floresta – uma abordagem ao Livro de Montaria de D. João I de Portugal*. Braga: Universidade do Minho, 1997. Dissertação de Mestrado.

GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.

GOMES, Rita Costa – “Monarquia e território: residências reais portuguesas, séculos XIV a XVI”. In SABATIER, Gérard; GOMES, Rita Costa (eds.) - *Lugares de Poder. Europa séculos XV a XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, pp. 84-105.

GOMES, Saul António – “Leiria: Crescimento e Consolidação”. In GOMES, Saul António (ed.) - *Forais de Leiria*. Leiria: Textiverso, 2017, pp. 35-104.

LOURO, Andreia Fontenete – “Wolf hunting in Portugal in the Middle Ages (12th-15th Centuries)”. *Cuadernos del CEMyR* 31 (2023), pp. 115-137.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

MARTINS, Miguel Gomes – *Para Bellum: organização e prática da guerra em Portugal durante a Idade Média: 1245-1367*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

MORUJÃO, Maria do Rosário – “A floresta e o fogo em Portugal até ao século XVI”. In *Actas do II Encontro Pedagógico sobre Risco de Incêndio Florestal*. Coimbra: Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais, 1994, pp. 41-62.

NEVES, Carlos Baeta – “Alguns dos Principais Aspectos da Política Florestal em Portugal até ao Século XVII”. *Boletim do Instituto dos Produtos Florestais* (1980), pp. 1-6.

NEVES, Carlos Baeta – “Subsídios para a História da Falcoaria em Portugal”. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* 101/1-6 (1983), pp. 21-46.

RODRIGUES, Ana Maria – “Hunting, Jousting, and Fighting on Horseback according to King João I and King Duarte of Portugal”. In ROPA, Anastasija; DAWSON, Timothy (eds.) - *Echoing Hooves: Studies on Horses and Their Effects on Medieval Societies*. Leiden/Boston: Brill, 2022, pp. 204-222.

SILVA, Manuela Santos – *Óbidos Medieval: Estruturas Urbanas e Administração Concelhia*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1987. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Manuela Santos – *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1997. Tese de Doutoramento.

SOUSA, Afonso Soares de – *Monteiros e Montarias em Portugal na Idade Média*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2023. Dissertação de Mestrado.

SOUSA, Afonso Soares de – “Salvaguardar as florestas régias: os oficiais periféricos e a gestão dos recursos naturais no Portugal medieval”. *Revista Territórios e Fronteiras* 16/2 (2023), pp. 23-36.

SOUSA, Afonso Soares de; MARTINS, Diana – “Royal Hunting Household: a study of the Portuguese Medieval reality”. In SEQUEIRA, Joana (ed.) – *Domestic interiors and household consumption in Europe, 1000-1500*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2025 (em preparação).

TRÁPAGA MONCHET, Koldo – “El estudio de los bosques reales de Portugal a través de la legislación forestal en las dinastías Avis, Habsburgo y Braganza (ca. 1435-1650)”. *Philostrato. Revista de Historia y Arte* 1 (2017), pp. 5-27.

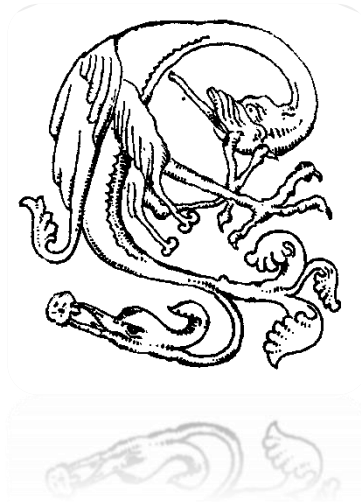
TRÁPAGA MONCHET, Koldo – “Las políticas forestales en los reinos de Castilla y Portugal (siglos XV-XVII)”. In DATTERO, Alessandra (ed.) – *Il bosco: Biodiversità, diritti e culture dal medioevo al nostro tempo*. Roma: Viella, 2022, pp. 85-103.

TRÁPAGA MONCHET, Koldo; ROMERO-CALCERRADA, Raúl – “Forest policies, administration, and management of the Leiria pinewood in Portugal (13th – 18th centuries)”. *Management & Organizational History* 17/3-4 (2022), pp. 138-165.

VENTURA, Leontina Domingos – *A Nobreza de Corte de D. Afonso III*. 2 vols. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1992. Tese de Doutoramento.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

SOUSA, Afonso Soares de – “Estudar a caça régia segundo os seus espaços e oficiais”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 487-503. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).